

**PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 1.908 - PE (2019/0034885-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**REQUERENTE** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADO** : EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240  
**REQUERIDO** : GRACILIANO JOSE DE SANTANA  
**REQUERIDO** : ARMANDO CORREIA MAGALHAES  
**REQUERIDO** : MARIA TORRES DA SILVA  
**REQUERIDO** : AMALIA ALVES DA MOTA  
**REQUERIDO** : MARIA JOSE PEREIRA ALVES DOS SANTOS  
**REQUERIDO** : MARLUCE FRANCISCA DE AZEVEDO  
**REQUERIDO** : EDILSON SOARES DA SILVA  
**REQUERIDO** : CLAUDETE CELESTINA DA SILVA  
**REQUERIDO** : LUCIA DE FATIMA RODRIGUES NASCIMENTO  
**REQUERIDO** : MARILOURDES PEREIRA DO NASCIMENTO  
**REQUERIDO** : SEVERINO TRANQUILINO DANTAS  
**REQUERIDO** : JOSE VENTURA HENRIQUE DE SOUZA  
**REQUERIDO** : ROSINALVA PESSOA SANTIAGO DO NASCIMENTO  
**REQUERIDO** : ROSILDA TEIXEIRA DE AZEVEDO  
**REQUERIDO** : ANTONIO CLAUDIO DE LIMA  
**REQUERIDO** : MARIA LEONIDES GUEDES DE SOUZA  
**REQUERIDO** : ANA LUCIA DA SILVA  
**REQUERIDO** : VERONICA PINTO DA PAZ  
**REQUERIDO** : RENATO ALVES BATISTA  
**REQUERIDO** : ROSINETE PESSOA SANTIAGO  
**REQUERIDO** : VERALUCIA MARIA DOS SANTOS  
**REQUERIDO** : CICERO JOSE DA SILVA  
**REQUERIDO** : JOSEFINA JOAQUIM DE SANTANA  
**REQUERIDO** : LAURINDO PEREIRA DE LIMA  
**REQUERIDO** : SOSTENES MIRANDA FIGUEIREDO  
**REQUERIDO** : MARIA LUCIA DE ARAUJO BEZERRA  
**REQUERIDO** : MARIA DE FATIMA DA CUNHA SANTOS  
**REQUERIDO** : EDINALDO PEDRO DA SILVA

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de tutela provisória requerido por SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS visando à atribuição de efeito suspensivo a agravo interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial e, por consequência, ao próprio recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco assim ementado:

*"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RECURSO DE APELAÇÃO. PRELIMINARES SUSCITADAS PELA SEGURADORA: A) AGRAVO RETIDO; B) INÉPCIA DA INICIAL; C) INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL; D) CARÊNCIA DE AÇÃO - CONTRATO QUITADO; E) ILEGITIMIDADE PASSIVA; F) ILEGITIMIDADE ATIVA. REJEIÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. PREJUDICIAL DE MÉRITO DE PRESCRIÇÃO AFASTADA. MÉRITO. APLICABILIDADE DO CDC. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. COBERTURA SECURITÁRIA*

CONTRATUAL. DEVER DE INDENIZAR. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXIGIBILIDADE DA MULTA DECENDIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DO ASSISTENTE TÉCNICO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Preliminares: a) Agravo retido: a ausência de notificação do sinistro à seguradora não constitui óbice para se demandar judicialmente, ademais, os mutuários apresentaram notificação de sinistro válida; b) Inépcia da inicial: estão presentes os requisitos do art. 282 do CPC/73, vigente à época da propositura da demanda e da prolação da sentença, a não indicação das datas de início dos danos físicos não impede o recebimento da demanda; c) Incompetência da Justiça Estadual - não ficou demonstrado o comprometimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), com risco efetivo de exaurimento da reserva do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA), logo, não foi cumprido um dos pressupostos impostos pelo REsp Repetitivo 1.091.363/SC, razão pela qual compete à Justiça Estadual o julgamento do presente feito Súmula 94, TJPE: 'A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional'; d) Carência da ação: o fato de ter havido quitação do financiamento não afasta o dever de indenizar da seguradora, uma vez que os vícios de construção dos imóveis se deram à época em que vigia o contrato; e) Ilegitimidade passiva - a Seguradora é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda, tendo em vista que a relação travada por meio de apólice securitária contratada quando da aquisição do imóvel do SFH perfaz-se entre mutuário e seguradora (RA nº 0326121-0); f) ilegitimidade ativa - a cobertura securitária está ligada ao imóvel e não à pessoa do mutuário, os autores acostaram aos autos documentos que comprovam a aquisição de suas unidades habitacionais; Preliminares rejeitadas. 2. Prescrição: a ocorrência de sinistros como o que se apresenta nos autos se protraí no tempo, não se originando de um único fato que possa ser posicionado em uma data determinada, para fins de fixação do dies a quo do prazo prescricional, a pretensão do segurado, portanto, acaba se renovando. Prejudicial de mérito afastada. 3. Mérito: a) são regidas pelo CDC as relações oriundas dos contratos de seguro habitacional. Precedentes do TJPE; b) Súmula 58 do TJPE: 'A existência de vícios de construção não afasta a cobertura securitária decorrente de contrato de seguro habitacional'; c) os vícios são de origem construtiva, ou seja, envolvem o projeto e materiais empregados na construção, o que é suficiente para afastar a alegação subsidiária de ausência de manutenção preventiva; d) os mutuários são legítimos a pleitearem o recebimento da multa junto com o adimplemento da obrigação, quando presentes vícios decorrentes da construção. É devida a multa decencial, pactuada entre as partes, para o caso de atraso do pagamento da indenização, limitada ao valor da obrigação principal' (REsp 1044539) e Súmula 101, TJPE). No tocante ao cálculo do limite do valor da multa decencial, deve ser considerado o valor da indenização corrigido monetariamente e acrescido dos juros de mora; e) o termo inicial para a incidência de juros de mora é a data da citação; f) no caso dos autos, o termo inicial da correção monetária é a partir da data da apresentação do laudo pericial, ou seja, - de julho de 2011, como foi fixado na sentença, uma vez que foi utilizada as quantias nele apresentadas como base para fixar as verbas indenizatórias. 4. Recurso não provido. Decisão unânime" (e-STJ fls. 54/55).

Na origem, trata-se de ação indenizatória ajuizada pelos ora requeridos postulando o pagamento de cobertura securitária em virtude de danos materiais ocorridos em

imóveis adquiridos mediante contrato de mútuo submetido ao Sistema Financeiro da Habitação, cuja apólice estaria garantida pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), gerenciado pela Caixa Econômica Federal (CEF).

No presente pedido, a requerente argumenta que a Lei nº 13.000/2014 foi promulgada após o julgamento do recurso especial submetido ao rito dos repetitivos invocado pela decisão de inadmissibilidade do Tribunal de origem (REsp nº 1.091.363/SC), motivo pelo qual o precedente é inaplicável ao caso em exame.

Afirma que a questão relativa ao interesse da CEF em demandas como a presente teve a repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 827.996/PR), *"o que denota, no mínimo, o efetivo risco de que este processo seja remetido para a Justiça Federal"* (e-STJ fl. 9).

Ressalta que a Lei nº 13.000/2014 é taxativa ao determinar que a CEF deve ser intimada para manifestar interesse, tanto em ações novas quanto antigas, cabendo ao Juízo federal analisar esse pedido. Entende que a remessa dos autos à esfera federal permitirá à União tutelar o interesse público e coibir eventuais excessos.

Acrescenta que é incontroverso o risco ao erário, haja vista que o ente escolhido para defender judicialmente o FCVS não participa da lide.

Considera, em vista desses argumentos, estar presente a fumaça do bom direito, assim como o perigo da demora, pois encontra-se na iminência de sofrer constrição de vultosos valores, em cumprimento provisório de sentença já deflagrada na origem, sem possibilidade de requerer o pagamento diretamente ao FCVS. Ressalta que a multa decencial dobra o valor da indenização.

Sustenta, ainda, que o Tribunal de origem, em decisão teratológica, cindiu o juízo de admissibilidade, inadmitindo uma parte do recurso especial e negando seguimento a outra. Diante disso foram interpostos dois recursos, um agravo interno e um agravo em recurso especial. Afirma que o agravo em recurso especial ainda não foi encaminhado a este Tribunal.

Requer que seja deferida liminar agregando efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

É o relatório.

**DECIDO.**

A irresignação merece acolhida.

Consoante o disposto no art. 1.029, § 5º, I, do Código de Processo Civil/2015, com a redação dada pela Lei nº 13.256/2016, *"o pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de*

*admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo".*

No caso vertente, considerando que já foi realizado o juízo prévio de admissibilidade do recurso especial, embora negativo, entende-se competir a esta Corte Superior o exame do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, sobretudo porque comprovada a interposição do respectivo agravo.

Vale ressaltar, a propósito, que este Tribunal Superior, em casos excepcionais, autoriza a concessão de efeito suspensivo a recurso especial ainda que inadmitido na origem, desde que demonstrada, além da presença cumulativa dos requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, a viabilidade de reversão do prévio juízo negativo de admissibilidade, conforme decidido nos seguintes julgados:

*"AGRAVO REGIMENTAL EM MEDIDA CAUTELAR - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARESP - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE JULGOU EXTINTA A MEDIDA CAUTELAR - AUSENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E PERICULUM IN MORA - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DO REQUERENTE.*

*1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.*

*(...)*

*5. Agravo regimental desprovido." (AgRg na MC 25.558/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 31/3/2016).*

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR, QUE VISA ATRIBUIR EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO, NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO À MEDIDA CAUTELAR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*I. Somente em situações excepcionalíssimas esta Corte tem admitido medida cautelar para atribuir efeito suspensivo a Recurso Especial pendente de admissibilidade ou inadmitido, na origem, desde que presentes os seguintes requisitos, cumulativamente: fumus boni iuris, consubstanciado na probabilidade de êxito do Recurso Especial; periculum in mora, associado à comprovação de existência de risco de dano grave e de difícil reparação.*

*(...)*

*V. Agravo Regimental improvido." (AgRg na MC 24.722/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/3/2016, DJe 16/3/2016).*

De outro lado, a verificação do *fumus boni iuris* está relacionada diretamente à

plausibilidade do direito invocado, ou à **probabilidade de êxito do recurso especial**, de modo que é conveniente o exame da viabilidade do apelo nobre, ainda que de modo perfunctório, como se impõe em procedimento de cognição sumária.

A propósito:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NA MEDIDA CAUTELAR. RECURSO ESPECIAL. EFEITO SUSPENSIVO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS. (...)*

*1. Para deferimento de medida liminar conferindo efeito suspensivo a recurso especial, é necessário avaliar a extensão dos efeitos que o eventual provimento do recurso atingirá. Tanto a aparência de direito quanto o perigo de demora na decisão devem ser analisados com as vistas voltadas ao conteúdo do recurso.*

*(...) - Agravo não provido".*

(AgRg na MC nº 17.525/PE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/6/2011, DJe de 1º/8/2011)

*"AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA TUTELA CAUTELAR. (...)*

*2.- Na verificação dos pressupostos da medida há de se ter em conta, como já decidido pela Terceira Turma, que o fumus boni iuris 'está relacionado intimamente com a presença dos requisitos de admissibilidade do recurso especial e com a possibilidade de sucesso deste, daí que, na cautelar, convém se aprecie, ainda que superficialmente, os requisitos e o mérito do especial.'*  
(AgRg na MC 1.311, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 13.10.98).

*(...) 5.- Agravo Regimental improvido".*

(AgRg na MC nº 18.033/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/6/2011, DJe de 29/6/2011)

Em um juízo perfunctório, típico desta fase liminar, mostram-se presentes, em princípio, os pressupostos necessários para a concessão do almejado efeito suspensivo, mormente no que tange ao interesse da Caixa Econômica Federal em participar de demandas securitárias referentes a contratos do ramo 66, o que resultaria na ilegitimidade da Seguradora, reforçada pelos termos das Leis nºs 12.409/2011 e 13.000/2014.

Essa matéria é objeto do conflito interno de competência nº 148.188/DF, instaurado pela Ministra Maria Isabel Gallotti a partir de conflito de competência surgido em ação de indenização securitária proposta por André Batista Grigolato contra a Sul América Companhia Nacional de Seguros perante a Justiça estadual, objetivando a reparação de danos físicos por vícios de construção em imóvel adquirido por financiamento obtido junto ao SFH e coberto por contrato de seguro habitacional (CC nº 136.623/SP).

Referido conflito interno de competência, juntamente com o CC nº 140.456/DF, está sendo julgado pela Corte Especial, atualmente aguardando devolução do

pedido de vista formulado pelo Ministro Luis Felipe Salomão.

Em vista disso, é de se considerar a possibilidade de que até o encerramento do julgamento perante a Corte Especial valores sejam constrictos e, eventualmente, levantados na execução provisória iniciada no caso em exame, pois o magistrado de piso determinou a intimação da ora requerente para imediato pagamento do débito, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) na hipótese de não cumprimento voluntário da obrigação (decisão de fls. 180/184, e-STJ).

Nesse contexto, defiro o pedido de tutela provisória para conferir efeito suspensivo ao agravo e ao próprio recurso especial a ele vinculado, com a consequente suspensão do cumprimento provisório de sentença no processo nº 0000941-14.2017.8.17.2100, até ulterior deliberação desta Corte Superior.

Proceda-se, com a devida urgência, às comunicações necessárias.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator